



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.943-A, DE 2008

"Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo."

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: DEPUTADO CIRO PEDROSA

I – RELATÓRIO

Propõe o Executivo, nos termos do Projeto de Lei nº 3.943-A, de 2008, sejam criados, no Quadro de Pessoal do Comando da Aeronáutica, cem cargos efetivos de Controlador de Tráfego Aéreo.

Submetida inicialmente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos a proposição, que não recebeu emendas, foi aprovada unanimemente na forma do Parecer da Relatora, Deputada Vanessa Grazziotin.

Na Comissão de Finanças e Tributação, foram apresentadas 2 emendas aditivas, no prazo regimental.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este órgão técnico exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. X, letra h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O projeto é compatível com a lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008) tendo em vista que as despesas correrão por conta de ações previstas em programação pertinente e específica do Poder Executivo e constante do PPA-2008-2011.

No que se refere à compatibilidade do projeto à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o art. 169 da Constituição Federal assim prescreve:

" Art. 169...

§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, **a criação de cargos**, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (grifo nosso)

I - se houver **prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes** (grifo nosso);

II - se houver **autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias** (grifo nosso), ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2010 (art. 82 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009) estabelece que as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, bem como alterações de estrutura de carreiras devem constar de anexo específico da lei orçamentária (Anexo V da Lei Orçamentária para 2010).

O Anexo V da lei orçamentária para o exercício de 2010 (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) relaciona o projeto de lei em análise no que tange ao item I, conforme a seguir indica-se:

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

I. Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal, a Qualquer Título

5. Poder Executivo

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO		
		QTDE	EM 2010	ANUALIZADA
Item 5.12. PL nº 3.943, de 2008	100	-	-	-

Em relação ao Orçamento Anual, a Exposição de Motivos Interministerial nº 103/2008/MP/MD, de 06 de junho de 2008, esclarece, conforme item 5 e 6, que o impacto orçamentário decorrente da criação dos referidos cargos é estimado em R\$ 5.781.506,26, por exercício, incluindo-se gratificação natalina e adicional de férias e que haveria recursos suficientes na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2008, já findo.

Conquanto, em face das informações que alicerçam a presente proposição se encontrarem desatualizadas, no que tange ao exercício financeiro a que se refere, e de forma a melhor atender aos requisitos da LRF, art. 16, e ao disposto do art. 81 da LDO para 2010 (LDO p/ 2011, art. 80), esta Relatoria entrou em contato com a assessoria parlamentar do Comando da Aeronáutica a fim de que esta possa apresentar dados mais recentes sobre o impacto orçamentário em relação ao previsto no exercício financeiro vigente.

Em atendimento a essa solicitação, o Comando da Aeronáutica, por meio do Of. Nº 457/ASPAER/891, de 26 de agosto de 2010, vem a informar que o impacto orçamentário decorrente da criação dos referidos cargos corresponderão, em 2011, ao valor estimado de R\$ 6.173.682,86, o que leva a entender que tais despesas, a partir do próximo exercício, compreenderão o cômputo das despesas de pessoal daquele ministério.

Quanto às emendas apresentadas perante a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos e Comissão de Finanças e Tributação, à medida que versem sobre matéria concernente ao processo de provimento de cargos do Executivo ou sobre a forma de ingresso aos mesmos, cinge-se incompatível, vis-à-vis conflitar com o disposto dos arts. 61, II e 63, I, c/c art. 84, III, da Constituição Federal.

Por oportuno, supre acrescentar que as emendas, à medida que disponham sobre questões relacionadas ao mérito e de cuja competência a proposição principal apenas se atenha ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária, ingressam em assunto estranho ao normatizado pelo RICD o que as faz também conflitar com o disposto do Regulamento desta Comissão, conforme o art. 7º da Norma Interna, expedida em 22.05.1996.

Em face do exposto, vota-se pela ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 3.943-A, de 2008, ao tempo que se opina pela declaração de prejudicialidade das emendas apresentadas no âmbito desta Comissão, de autoria do Deputado Otavio Leite.

Sala da Comissão, em de de 2010.

DEPUTADO CIRO PEDROSA
Relator